

Credores mostram apreensão

por Walkyria Portes
de São Paulo

A decisão do Brasil de ampliar a moratória, desta vez alcançando débitos junto às agências oficiais, no âmbito do Clube de Paris — com o qual não se chegou a um acordo sobre a rolagem para o segundo semestre —, foi recebida com reservas por bancos credores no País, embora alguns considerem que a medida já era esperada e que não é um gasto agressivo, mas uma decorrência da falta de caixa. Uma consequência possível, segundo um desses executivos, é a pressão por parte dos governos para que os bancos privados apremem as negociações.

Executivos de bancos estrangeiros com representação no País argumentam que qualquer moratória traz preocupação, pois indica que a situação está ruim. "Fica mais difícil explicar a nossos acionistas que precisaremos conceder

novos créditos a um devedor que não está pagando nada. "Precisaremos explicar por que neste ano não teremos aumento nos dividendos", observou um desses executivos. "Reservas baixas é uma justificativa, mas até agora não sabemos a real situação do País", observou um outro.

"Alguns governos têm dito que os bancos privados devem assumir sua parte no sacrifício para colaborar com os países devedores. Bem, agora chegou a hora de os governos assumirem a parte deles", reagiu outro, que chegou a prever uma recepção fria na próxima ida do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, a Washington, marcada para este mês.

Todos ressaltaram, porém, a disposição manifestada pelo governo brasileiro, depois da posse de Bresser Pereira, de negociar com os credores — "ao contrário do ministro Funaro, que preferiu falar com os

governos" — como um aspecto positivo. Quanto às condições para a negociação colocadas pelo ministro Bresser Pereira em debate, quarta-feira, na Câmara dos Deputados, observaram que, se são aceitáveis ou não é uma questão para discutir. "Os credores também colocarão suas condições. Mas é um bom início", observou o representante de um banco inglês.

"Se a moratória for suspensa, podemos conversar sobre refinanciamento de juros", disse um banqueiro canadense. No seu entender, com um aval do Fundo Monetário Internacional (FMI) a um programa econômico brasileiro ("a condução da economia está mais severa do que o Fundo pediria"), os bancos poderiam emprestar mais dinheiro para o pagamento dos atrasados neste ano, com isto não haveria um desembolso efetivo. "Isso é aceitável."